

# GRUPO DE TRABALHO PARA APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA - INTERNET

## REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. ORLANDO SILVA)

Requer a realização de um ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº 2.630 de 2020 apensados, que visa o aperfeiçoamento da legislação Brasileira referente à Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de um ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº 2.630 de 2020 apensados, que visa o aperfeiçoamento da legislação Brasileira referente à Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Para o debate da matéria, sugiro os seguintes convidados e respectivos temas:

### **1 – Necessidade de regulamentação do combate à desinformação, formas de regulamentação e a viabilidade de auto/co-regulamentação**

- Ana Paula Bialer – Líder do Grupo de Trabalho de Regulação e Internet na Brasscom
- Carlos Affonso Souza - ITS
- Clara Iglesias Keller – WZB/IDP
- Demi Getschko – Nic.br
- Laura Moraes - AVAAZ
- Raquel Saraiva – IP.Rec
- Renata Mielli - Barão de Itararé



## **2 – Novas oportunidades de transparência, responsabilidade e participação cívica.**

- Rebeca Garcia – Gerente de Políticas Públicas do Facebook no Brasil
- Fabrício Benevenuto - UFMG
- Marina Pita – Coordenadora do Intervozes
- Thiago Rondon – App Cívico/TSE
- LAPIN - José Renato Laranjeira
- Luã Cruz – Idec

## **3 – Moderação de conteúdos e liberdade de expressão**

- Alana Rizzo – YouTube
- Fábio Malini - Labic UFES
- Jonas Valente – Lapcom
- Márcio Novais – Abratel
- Tai Nalon – IFCN
- Artigo 19
- Abraji

## **4 – A democratização do acesso à publicidade via plataformas digitais**

- Cris Camargo – IAB
- Eliane Quintella - ABA
- Marcelo Lacerda – Google
- Marcelo Bechara – Abert
- Francisco Brito Cruz – InternetLab
- ABAP – Associação Brasileira de Agências de Publicidade

## **5 – Protegendo a democracia da desinformação: uma responsabilidade compartilhada.**

- Ministro Luis Roberto Barroso – TSE
- Diogo Rais – Acadêmico e coordenador das obras Direito Eleitoral Digital e Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito / ILD
- Mônica Rosina – Facebook



- Raquel Galinatti – Delegada de Polícia e Diretora da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL-BRASIL)
- Paulo Rená Santarém – Instituto Beta: Internet & Democracia
- ANJ

## **6 – Como identificar agentes maliciosos sem ferir a proteção de dados?**

- Danilo Doneda – IDP
- Jaqueline Abreu – Comissão e Juristas PDP
- Miriam Wimmer – ANPD
- Bruna Martins dos Santos - Data Privacy Brasil
- Samara Castro - Advogada, vice-presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RJ e membro do Instituto Nacional de Proteção de Dados (INPD)
- Pablo Bello – WhatsApp

## **7 – Como combater a desinformação nos serviços de mensageria privada**

- Dario Durigan – diretor de políticas do WhatsApp
- Diego Canabarro – ISOC
- João Brant – Perseu Abramo
- Pablo Ortellado – USP
- Veridiana Alimonti – EFF
- Coding Rights

## **8 – Tecnologia e soberania nacional.**

- Laura Schertel Mendes – UnB/IDP
- Luiza Brandão – IRIS – Instituto de Referência em Tecnologia e Sociedade
- Nina da Hora - Tik Tok
- Rodrigo Fragola - Assespro



- Yasodara Cordova – Harvard

### **9 – Aumentando a conscientização sobre a desinformação: O Papel da educação midiática, dos checadores de Fatos, Pesquisadores e da Mídia.**

- Patrícia Blanco – Palavra Aberta
- Caio C. V. Machado – Instituto Vero
- Thiago Tavares – SaferNet
- PROJOR – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo
- Projeto Comprova

### **10 – Como unificar a aplicação de uma lei para diferentes tipos de plataformas.**

- Fernando Gallo – Twitter
- Felipe Matos – ABStartup
- Marcel Leonardi – FGV
- Ricardo – TikTok

### **11 – Boas práticas no combate à desinformação durante a Pandemia de Covid19.**

- João Guilherme – INTC.DD
- FioCruz
- UPV – União Pró-Vacina

### **12 – Impactos de uma lei contra desinformação no ecossistema de inovação.**

- Diego Dorgan – Professor UnB
- Leonardo Palhares – Câmara e-net
- Ronaldo Lemos – ITS
- Tatiana Ribeiro – MBC



- KWAI

### **13-Implementação e fiscalização da lei: quem regula?**

- Bia Barbosa - CDR
- Marcio Migon - CGI.br
- Juliana Nolasco – Google
- Marco Ruediger - DAPP/FGV
- OEA

## **JUSTIFICAÇÃO**

Na condição de relator do Grupo de Trabalho - GT, instituído em 21 de junho de 2021, por ato do Presidente da Câmara com o objetivo de analisar e elaborar parecer ao Projeto de Lei nº 2.630, de 2020 e apensados, que visa o aperfeiçoamento da legislação Brasileira referente à Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, e conforme sugerido no Roteiro de Trabalho, a partir de sugestões recebidas, bem como, tendo como referência o Requerimento nº 59 de 2021 apresentado pelo Senhor Deputado Paulo Ganine no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, reconhecendo o destacado papel do deputado e da comissão, aproveitando o trabalho acumulado, apresento essa proposta de audiências públicas a serem realizadas no âmbito desse GT.

Ressalto a importância do ciclo de audiências, uma vez que o Projeto de Lei - PL, objeto desse GT chegou à Câmara dos Deputados depois de aprovação pelo Senado no dia 30 de junho de 2020. Depois de cerca de dois meses de discussão, o texto aprovado trouxe diversas mudanças em relação à versão original do autor, senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Soma-se a isso que o PL 2630/2020 possui outros 63 Projetos de Lei apensados, incorporando proposições de dezenas de deputados federais.



Cabe-nos elaborar o parecer a ser submetido ao colegiado desta Comissão. Tendo em vista aporte de informações para subsidiar o relatório, acreditamos importante realizar um ciclo de Audiências Públicas com a presença de instituições representativas internacionais, representantes de entidades e governos para contribuírem a este colegiado e ao seu relator a oferecer proposta compatível com os anseios da sociedade.

Sendo assim, peço apoio aos nobres pares para que seja aprovado esse requerimento.

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

Deputado ORLANDO SILVA

